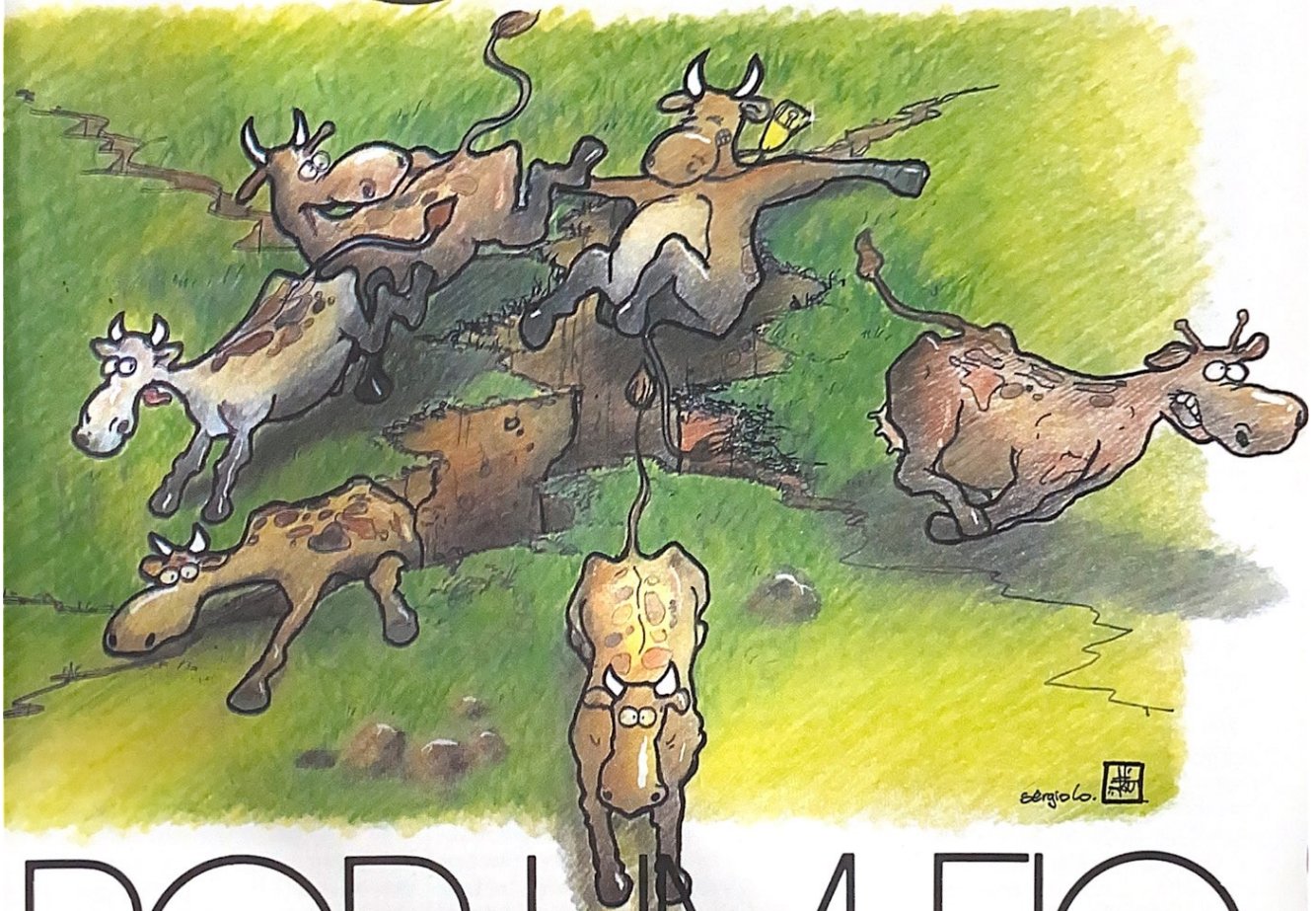


A CARNE



POR UM FIO

A partir dos próximos meses a carne bovina deve ficar ainda mais distante do bolso e da mesa dos consumidores. É o fim da participação do Governo na formação de estoques reguladores e o começo de mais um período de vacas magras.

Texto: Liana John
Foto: Rui Teixeira
Ilustração: Sérgio Cajado

Libertando apenas o crédito a produtores para estoque do boi no pasto, o Governo abriu a possibilidade de importação.

Se o rebanho bovino brasileiro já vinha caindo, ano a ano, em número e produtividade, nesta entressafra é possível que a pecuária nacional atinja o fundo do poço e por lá permaneça bem mais do que um longo inverno. Como foi amplamente divulgado, o Governo resolveu acabar com os estoques estratégicos e suspender os financiamentos a frigoríficos para a formação de estoques reguladores, propondo em troca a estocagem do boi no pasto.

A proposta em si não foi considerada ruim, nem pelos frigoríficos, nem pelos pecuaristas, que há muito vêm pleiteando a não-interferência governamental no setor. Mas a maneira e o momento escolhidos pelas autoridades para anunciar a medida é que põem em risco o abastecimento de carne de agosto a outubro, o bolso do consumidor nesta entressafra e ameaçam a estrutura que, mal ou bem, os pecuaristas vinham mantendo até hoje.

Não é preciso lembrar que, apesar do problema todo estar bem distante dos balcões frigoríficos do auto-serviço, é precisamente aí que a corda deve estourar. Os supermercadistas que se preparem para as infundáveis reclamações acerca de aumentos abusivos e para uma queda significativa nas vendas de seus açougues, porque o panorama não é nada alentador.

Polêmica histórica

Voltando um pouco na história dos estoques reguladores de carne, ve-

rificamos que o processo sempre foi polêmico, com várias alternativas sendo testadas e ajustadas pelo governo e nenhuma solução definitiva.

Por algum tempo, o Governo comprou a carne dos produtores através da Cobal, pagando a estocagem a frigoríficos privados, que cobriam o déficit oficial em termos de capacidade de armazenamento. O produto era vendido a prazo ao longo da entressafra para que os frigoríficos distribuissem aos açougues e supermercados.

Com o aperto dos orçamentos, passou-se a exigir dos frigoríficos o pagamento à vista, sempre que a carne fosse liberada para a comercialização. Em 1982 e 83, o estoque regulador já não foi comprado pelo governo, que no entanto, financiou os produtores que podiam estocar sua produção e os frigoríficos que concordassem em colocar o produto na entressafra, em períodos e locais pré-determinados.

Muitos dos financiamentos não foram totalmente quitados e não faltaram críticas aos chamados "favorecimentos" aos frigoríficos. Aliando, então, o descontentamento geral à eterna falta de verbas, o Governo decidiu não formar nem financiar qualquer estocagem de carne, libertando apenas o crédito a produtores para estoque do boi no pasto e abrindo a possibilidade de importação.

A importação, a princípio, não foi admitida abertamente, mas pode ser subentendida nas palavras do secretário especial de abastecimento e pre-



ços, José Milton Dallari: "a turma não quer ver o mercado funcionar? Táí para funcionar. Não é o pleito antigo? Então está aí. A experiência mostra que toda vez que o Governo entrou com um plano, explodiram os preços. Quando chegar a entressafra a gente examina o quadro, se for necessário tomamos algumas medidas, se não for necessário não tomamos."

Ora, a única medida de curto prazo, no meio da entressafra, sem bois disponíveis, seria a importação. Porque, ainda que dê certo a estocagem de boi no pasto, segundo os pecuaristas, o Governo só tem intenção de financiar 400 mil bois em todo o País. "Isso renderia 80 mil toneladas de carne, muito pouco, considerando-se que os estoques reguladores já tiveram 260 mil toneladas", afirmou Jaime Bicca de Freitas, presidente da Federação das Cooperativas de Carne do Estado do Rio Grande do Sul.

Para Dallari, porém, isso não parece ser problema. "Não falta carne no mercado mundial. Qualquer um pode importar a hora que quiser. Se o supermercado achar que o preço do mercado interno está alto, vai lá e importa."

Sem planos de longo prazo

Raciocínio simples, esse de regular os preços internos via importações, mas de graves conseqüências. em primeiro lugar, para a nossa balança comercial e, em segundo lugar, para a nossa pecuária, cuja tendência seria a de abater as matrizes, diminuindo ainda mais o rebanho e a produção para os próximos anos.

Alimenta-se, assim, o círculo vicioso que vem norteando a atividade há um bom tempo: os preços são altos e a oferta não é contínua porque não existem investimentos e a produtividade é baixa. Não se investe porque

não compensa, porque não há consumo e não há consumo porque os preços são altos. Nem se ouve falar em planejamento e longo prazo é uma expressão que não existe nos dicionários oficiais.

A cada ano é maior o número de pecuaristas que troca suas matrizes por operações financeiras ou simplesmente vende as terras. Sem contar os frigoríficos que vêm quebrando por não suportar a ociosidade. Conforme o presidente do Sindicato do Frio, José Aparecido Marques. "O Brasil tem hoje uma capacidade instalada para estocar 150 mil toneladas em câmaras frigoríficas, sem uso"

Com toda essa estrutura, a proposta ainda é a importação para regular os preços de entressafra. "Estou convencido de que há um plano diabólico desse governo: o de fazer importação de carne para acabar totalmente com a pecuária nacional, levando ao abate de 100% de matrizes. Um plano que procura tapar com essa balela de manutenção de boi gordo no pasto", protestou Antonio Magalhães de Almeida Prado, diretor-presidente da Cefri — Centrais de Estocagem Frigorificada S/A.

Na opinião de Almeida Prado, o Governo pretende derrubar a inflação este ano, "nem que seja às custas da pecuária e da indústria nacional". A questão é que, sem matrizes e sem capital de giro, nos próximos anos também não haverá produção suficiente e então caminharemos para novas importações ou para o expurgo da carne no cálculo inflacionário (e do prato do brasileiro).

Propostas alternativas

Apesar do futuro que se delineia, não faltam soluções alternativas, propostas pelos pecuaristas e industriais



A carne embalada a vácuo facilita a operação do varejista, que só tem o trabalho de tirar da embalagem e cortar ao gosto do freguês.

do setor. Nenhuma delas poderia ser posta em prática nesta entressafra, por falta de tempo hábil, mas, quem sabe no próximo ano?

Alberto Chap-Chap, presidente da Associação Profissional de Pecuaristas de Corte, defende a estocagem do boi no pasto, mas elaborada de uma outra forma. "O Governo financiaria apenas a complementação alimentar necessária aos bois na entressafra, quando os pastos estão secos, ao invés de financiar o boi para quem se dispuser a abatê-lo no inverno."

Conforme sua explicação, assim os bois não perderiam peso e a verba destinada a esse financiamento seria muito menor. Para estocar 150 mil toneladas de carne, correspondentes ao mínimo estrategicamente necessário, o Governo gastaria cerca de Cr\$ 196 ▶





A carne embalada a vácuo reduz o espaço necessário à estocagem, racionaliza o transporte e melhora a distribuição dos cortes.

bilhões, com uma perda de 10 a 20% do peso, devido ao processo de estocagem frigorificada.

Já para financiar a alimentação dos bois no pasto, durante a seca, seriam necessários Cr\$ 5,4 bilhões e "não haveria corrida para vender o animal na safra. A distribuição seria uniforme ao longo do ano, com os frigoríficos podendo programar melhor o abate e os preços permaneceria mais estáveis ao consumidor".

Concordando em essência com a sugestão, o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes, lembrou, porém, que "há dificuldades na implantação imediata desse projeto. E mesmo que o boi fosse estocado no pasto, ainda haveria necessidade da formação de estoques estratégicos de carne, para que o abastecimento fique garantido nas ocasiões de emergência, quando, por exemplo, graves desastres climáticos reduzissem a produção".

Mudanças de estrutura

Outro representante dos produtores, Fábio Meirelles, presidente da Faesp, acredita que "o sistema de comercialização da carne, como um todo, é ainda muito primitivo. Devemos apresentar o sistema de venda

em carcaças e passar a trabalhar com a dessorça e limpeza na indústria".

O problema é que essa seria uma medida de muito longo prazo. "Enquanto a mudança de estrutura não se efetiva, não podemos nos pautar pela especulação", reitera Meirelles, apoiando a sugestão da estocagem de boi no pasto e o investimento em busca de aumento de produtividade. "O Brasil tem um índice de aproveitamento de seu rebanho de apenas 12,5%, enquanto países como a Argentina apresentam uma produtividade de 24%, lembra ele.

Para explicar melhor a solução de longo prazo proposta por Meirelles, o diretor de marketing da Divisão de Embalagens da Darex, Francisco Itzaina, conta em que pé estão os testes de mercado para carne embalada a vácuo, no Brasil.

O processo é simples e racionaliza a distribuição da carne, evitando os famosos passeios do osso (que depois ainda precisa ser eliminado pelos varejistas). Os frigoríficos dessorçam a carne e já separam nos cortes subprimários comumente vendidos no País. Essas peças são embaladas a vácuo (o que impede a perda normal do congelamento da carne e o desenvolvimento de bactérias) e distribuídas nestas embalagens aos supermercados e açougues.

O varejista só tem o trabalho de tirar da embalagem e cortar ao gosto do freguês. E a indústria pode aproveitar o osso para a fabricação de rações ou para a exportação.

A mudança do sistema de carcaças para a embalagem a vácuo teria uma série de vantagens, segundo Itzaina. "O espaço para estocagem é menor tanto na indústria como nos supermercados, o transporte é racionalizado e até a distribuição dos cortes melhora sensivelmente." E ele exemplifica: "um supermercado que tenha lojas em bairros nobres e em bairros de renda mais baixa pode pedir ao frigorífico que entregue diretamente às lojas de maior poder aquisitivo os cortes mais nobres e às de periferia os cortes mais baratos, conforme o histórico de consumo".

Hoje, no Brasil já são 30 os frigoríficos aparelhados para trabalhar com a embalagem à vácuo, que vem sendo utilizada para exportação. Para colocação no mercado interno, pelos cálculos de Itzaina, poderemos embalar a vácuo até 50 mil toneladas ainda este ano, o que corresponderia à capacidade de 4 frigoríficos.

Mas a comercialização por este sistema ainda teria que ser trabalhada junto aos supermercados. Já existem seis grupos testando a mudança em algumas de suas lojas (Pão de Açúcar, Sendas, Sé, Carrefour, Zona Sul e Gentil Moreira). E os resultados vêm sendo muito favoráveis, conforme o diretor de marketing da Darex.

Para a implantação definitiva do sistema no Brasil ou mesmo para alcançar o nível dos Estados Unidos, onde 88% da carne é distribuída desta maneira, certamente levaria muito tempo. Mas isso não inviabiliza a sugestão, que, conjugada às outras propostas dos produtores, poderia trazer alguma expectativa positiva à pecuária nacional ■

